

TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **94** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

ECOFEMINISMO: MULHERES E POVOS RUMO À UMA CULTURA SUSTENTÁVEL

BÁRBARA NASCIMENTO FLORES
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: barbaranflores@yahoo.com.br
SALVADOR DAL POZZO TREVIZAN
Doutor e Professor Orientador do DCAA/UESC. E-mail: salvador@uesc.br

Desde sempre na História oficial e não oficial, contada pelos livros e documentos, mas principalmente pelas bocas, gestos e modos de viver dos povos ligados à Terra, impulsionados pela força das mulheres em parceria com seus aliados homens que lutam pela vida em sua mais intrínseca concepção. Lutam por sua própria sobrevivência, mas principalmente pela possibilidade de existência de outros que aqui já estão ou os que estão por vir.

Estes povos, cada um com sua própria maneira de manifestar esta existência e sua ligação com o ambiente que o cerca, compartilham da sabedoria de que nós seres humanos somos uma parte, dividida em muitas partes que formam a grande composição do organismo vivo que é o Planeta Terra, que através das eras tem mostrado a natureza cíclica pela qual navegamos como simples tripulantes à mercê do inesperado, ideias estas, confiantes de que o passado que envolve a ancestralidade ainda está vivo e presente no sangue que corre nas veias dos que existem no agora. Este é o principal motivo de saberem, enquanto povo, que a ligação entre passado e futuro é a força propulsora do presente. Por isso, as ações da geração presente são para manterem a sobrevivência das próximas, que são os elos vivos dos que já se foram.

Exatamente esta pulsante ancestralidade presente nos corpos atuais é quem irá permitir que adentremos na cultura hegemônica para então transformá-la de dentro para fora. O chamado para abraçarmos a ancestralidade e nutrir o lado materno que compõe nosso DNA enquanto povo são atos revolucionários nos tempos atuais. Lado este que foi subjugado e deixado no obscurantismo da cultura, mas que agora, ressurge das cinzas, representado por mulheres e homens, mas principalmente por mulheres, que hoje, munidas de força, conhecimento ancestral e ferramentas atuais, com conhecimento científico, discursos embasados e artes questionadoras, se tornam grandes ativistas e formadoras de opinião buscando a cura das doenças sociais, emocionais, psicológicas e ecológicas em

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, N°2, 2019. Página ***95*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

diferentes espaços de atuação, seja no campo, na cidade ou na política. Questionando as bases, usos e costumes que não cabem na estrutura social atual.

A sociedade hegemônica, padronizada e pasteurizada tenta dominar outras sociedades a fim de manter sua hegemonia e privilégios, em contra partida, o que deve se instaurar cada vez mais, é a convivência com a diversidade e incertezas. Diversidade presente em todos os âmbitos, nas políticas, nas ideologias, religiões, manifestações culturais, classes, raças e gêneros. Esta diversidade deve guiar a voz de todos aqueles que pulsam a ancestralidade na existência atual para buscar soluções sistêmicas em todas as frentes de luta e movimentos sociais na construção de um novo modelo de sociedade baseado no Bem-Viver.

O conceito de Bem-Viver vem sendo construído e ganhando notoriedade na medida em que as consequências e impactos negativos do avanço do capital se instalam principalmente na América Latina, trazendo a necessidade de se pensar em um modelo de sociedade mais inclusivo e que respeita a natureza, baseado em cosmovisões dos povos originários. Então o bem viver teria um complexo de significados, como vida plena, vida harmoniosa, vida inclusiva e saber viver, cujos elementos centrais seriam sua visão do "Todo" (sistêmica), a convivência na multipolaridade, a busca de equilíbrios, a complementariedade da diversidade e a descolonização (SOLÓN, 2019).

Onde há vida, há diversidade, portanto, há incertezas diante das infinitas possibilidades de interações entre os diversos. Exatamente a incerteza é quem oferece sensações que nos mostram cada célula funcionando na sua máxima potência, acionando todos os sentidos a se manifestar para tomar as melhores decisões para o momento. A incerteza pode ser representada pelas crises, que atualmente nos deparamos, que são na verdade sinais para ativar os sentidos, parar, prestar atenção, vivenciar, pedir ajuda, cuidar do que precisa ser cuidado, integrar todos os lados e a partir daí tomar decisões que caminhem para a harmonia de todos os envolvidos.

Ao olharmos para nossa civilização atual percebemos vários desequilíbrios, dentre eles, vemos poucas pessoas usufruindo de grande parte dos recursos naturais, em detrimento da devastação ambiental, contaminação de solos e água, extinção em massa de fauna e flora, extermínio de culturas e expulsão de povos de seus territórios tradicionais, e ainda, não menos importante, exploração de uma grande massa empobrecida, especialmente mulheres que por interesses exógenos após serem confinadas no reino da casa, tiveram sua força de trabalho invisibilizada e desvalorizada, que não por acaso, foram a elas delegadas, desde os primeiros sinais de instauração do capitalismo.

O período compreendido pela Inquisição que durou cerca de quatro séculos durante a Idade Média a partir do século XIII, foi o marco, para a história mundial, no que diz respeito aos povos originários das terras "conquistadas" e também para as mulheres subjugadas pelos tribunais, compostos pela parceria entre Igreja e

Estado, atendendo a interesses econômicos das sociedades dominantes, marcou o momento em que a resistência das mulheres e dos povos se tornou característica intrínseca para a continuidade de existência, diante do rolo compressor ditado pelo capital econômico, em busca de expandir seus domínios (FEDERICI, 2004).

A necessidade de dominar, parte do princípio, da necessidade de segurança do ser humano, a crença de que seguir um "padrão" traz a sensação de estar seguro, ou seja, o diferente é incerto, portanto devo combate-lo, eliminando-o ou assimilando-o. O lado hegemômico, se enxerga como universal, logo os diversos devem desaparecer. Na atualidade, como em tempos antigos, este hegemônico é o polo dominador nas relações entre os seres humanos e entre sociedade e natureza, mesmo ambos sendo apenas lados da mesma moeda. A visão de mundo eurocêntrica, pela qual compartilhamos nossas experiências e interações com o mundo, ditam os valores pelos quais devem guiar o caminhar da humanidade. Desta forma, as ideias de dominação daquilo tudo que representa a natureza, decorrentes das ideias iluministas de pensadores da época dos séculos XVII e XVIII, como Descartes e Newton, guiaram os passos da sociedade até os dias de hoje.

Muitos avanços científicos e tecnológicos foram alcançados desde então. No entanto, chegamos num ponto crucial, de uma nova crise que abala os pilares da estrutura social atual. A supervalorização de alguns pontos em detrimento de outros, gerou vários desequilíbrios que reacende as antigas chamas e impulsiona novas chamas para juntas fazerem uma nova revolução pautada na vida, que ativa diferentes frentes de atuação ditas minorias, que juntas se tornam a maioria.

Nos deparamos com questões que podem sucumbir nossa própria existência. Os impactos sociais e ambientais antes tidos como externalidades do modelo de desenvolvimento econômico podem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades básicas de muitas sociedades no presente e no futuro (BRUNDTLAND, 1987). Este modelo de desenvolvimento, onde todas as sociedades e indivíduos almejavam chegar como se tivessem numa escada com degraus que levassem até o topo, já mostrou que não se sustenta nem à curto, muito menos à longo prazo. A escada representada pelo sistema natural se tornou vulnerável diante da capacidade de destruição que nossa sociedade alcançou, pois chegamos mais alto que a base da escada consegue suportar. Sendo assim, aqueles que já estão no último degrau, para se manterem lá, mesmo sabendo da fragilidade da escada, começam a derrubar e dificultar a ascensão dos outros, que muitas vezes, lutam simplesmente para permanecerem na escada.

Embora seja possível encontrar justificativas para lidar com a natureza considerando exclusivamente as necessidades dos seres humanos – como é feito mais habitualmente quando se discute o desenvolvimento sustentável –, existe a convicção, compartilhada entre muitos pensadores da ética ambiental, de que um dos traços mais problemáticos do modo como a civilização ocidental vem lidando com a natureza está no seu exacerbado

antropocentrismo, que é definido e amparado nas suas tradições religiosas (judaico-cristãs) e filosófico- -morais, notadamente as escolas aristotélica, kantiana, utilitarista e contratualista, se reflete nas concepções políticas, econômicas e desenvolvimentistas que historicamente levaram à prática a moralidade que justificou o impulso em transformar a natureza para o domínio humano (FLORIT, 2016).

Diversos estudos comprovam que a sociedade deve barrar a utilização insustentável do mundo natural, fundado neste modelo dominante de desenvolvimento e crescimento econômico que provoca o desequilíbrio no meio ambiente, no ecossistema e no Planeta Terra devido aos interesses egoístas de pessoas, coletividades e nações. Sendo assim, torna-se necessário modificar as visões de mundo que norteiam os modos de desenvolvimento e crescimento, os sistemas de economia, os usos da natureza e vincular o paradigma da sustentabilidade, na sua acepção ecológica, ao modo de vida humano e ao modelo de desenvolvimento e produção na sociedade atual para alcançar o Bem-Viver da humanidade como um todo, respeitando a diversidade de culturas e biodiversidade dos ecossistemas.

A cultura e a identidade enraizadas na ancestralidade precedem a qualquer dinâmica de desenvolvimento local, para as comunidades tradicionais, por exemplo, a arte, o artesanato, os ritos, entre outros valores que permeiam suas dinâmicas comunitárias cotidianas constituem patrimônio cultural, que, por intermédio dos fazeres e saberes, se perpetuam ao longo do tempo, configurando o sentimento de pertencimento com relação ao local (ARAÚJO et al., 2017). Dessa forma, o local, quando encontra e assume a sua identidade, potencializa-se como alternativa ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a preservação ambiental do território, assim como para a respectiva valorização cultural. Para Little (2002) a comunidade tem que se sentir ativa e ocupante do território, com um sentimento de pertencimento. O grupo, o lugar e o pertencimento se convergem e dialogam para as relações ambientais que cercam os indivíduos. Portanto, o ser humano procura ocupar o espaço para delimitar o território, buscando sua identidade no lugar, onde o território será o cenário do reconhecimento e as paisagens que formam os emblemas em que todos se reconhecem.

E mais uma vez, navegando pela História da Humanidade, temos visto os movimentos de mulheres em todo o mundo tornando-se vigorosos e cada vez mais abrangentes impulsionando o olhar da sociedade para questões gritantes enraizadas no tecido social atual. Questões estruturais como - antropocentrismo, imperialismo, androcentrismo, racismo, sexismo e classismo - vêm à tona para questionar a subjugação de povos e mulheres e a exploração da natureza usados para alimentar a fome insaciável do capitalismo, modelo de sociedade incentivado e almejado pelos “dominantes”, e também pelo inconsciente coletivo da sociedade em geral.

Para Foladori (1999) uma análise crítica e uma oposição através de ações concretas, à uniformidade da cultura tecnológica industrial – capitalista e socialista – são cruciais para as lutas que defendem as soluções locais

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
*V. 4, N°2, 2019. Página **98** de **236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

de sustentabilidade. É necessário incorporar o entendimento que um meio ambiente saudável é condição primordial para nosso bem-estar, para o funcionamento da economia e, finalmente, para a sobrevivência da vida na Terra. Puleo (2011) completa que assumir os limites do ecossistema e a luta contra a exploração social através de certo decrescimento dos países desenvolvidos, e um crescimento sustentável comedido para os demais países são mudanças estruturais e culturais que devem fazer parte da construção de uma sociedade pautada em diferentes valores de relacionamento entre os seres humanos em si, e destes com o restante da vida na Terra. Valores que condizem com a construção de um novo paradigma de organização social, voltado para o âmbito comunitário, com soluções locais no atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação, permeado por uma economia que fortaleça as ações locais e proporcione qualidade de vida para as pessoas, sem ultrapassar a capacidade que o ambiente não possa suportar.

É neste momento decisivo, em que nos encontramos enquanto sociedade planetária, que através de nosso poder de capilaridade conseguimos impactar os mais distantes rincões. Sendo assim, necessitamos da união de todos os povos, reconhecendo a diversidade e reconectando com a ancestralidade de cada um, para criarmos estratégias de atuação que são locais, mas que ao mesmo tempo, tenham alcances globais, influenciando a visão de mundo em busca de uma cultura que tenha valores de sustentabilidade em suas ações.

Num momento histórico em que o mundo precisa de novos atores e novas alianças para assumir a responsabilidade com o cuidado da vida no planeta e a mudança do paradigma civilizatório, o ecofeminismo – junto com outros pensamentos que reflitam sobre a diversidade e a pluriculturalidade – se perfila como um conceito que nos instiga a atualizar o feminismo às demandas e desafios contemporâneos. O ecofeminismo é um conceito atual que vem investigando desde a década de 1978 com Françoise d'Euaubonne, a ligação existente entre a luta pela libertação das mulheres e a luta pela proteção da natureza, que não é recente, mas sim parte da trajetória histórica de muitos povos, em que a exploração da natureza é a sua própria exploração. Nesta mesma década, a sociedade se deparou com o Movimento das Mulheres Chipko na Índia representado pela atuação e voz de Vandana Shiva, que desde então atua na luta pela libertação da terra, como a própria libertação das mulheres e dos povos. O ecofeminismo latino-americano com um perfil próprio traz uma revalorização das cosmovisões autóctones dos povos originários e a ênfase na práxis da libertação. Este é um traço da proposta geral ecofeminista de construção de novas cosmologias ou teocosmogonias que tem sido adaptada e lançada através da Teoria de Gaia de Lynn Markulis e James Lovelock (1979, 2006) segundo a qual o planeta é considerado um ser vivo cujos elementos estão em total interação. Com um sentido mais amplo esta teoria é uma proposta de uma concepção que retorne a primitiva sacralização do planeta e que impeça ações humanas predatórias contra a própria existência e de toda a vida na terra.

Nos escritos de Mies e Shiva (1995) diz que a abordagem desenvolvimentista de crescimento econômico linear e ascendente e ao mesmo tempo racista, sexista e classista, explora as mulheres através do trabalho doméstico gratuito e de mão de obra barata, explora a natureza para a produção de bens e alimentos prejudiciais à saúde humana, contaminam o solo, e prejudica, ainda, comunidades rurais, transformando seus modos de vida tradicionais em entraves para o desenvolvimento.

A experiência com estudos e pesquisas sobre indicadores de sustentabilidade ambiental em comunidades têm mostrado que as pequenas organizações sociais, impulsionadas pelos movimentos de mulheres, fortemente relacionadas com o ambiente do entorno tem muito a contribuir para o intercâmbio com as sociedades maiores, no que tange à convivência saudável entre as diferentes categorias de seres viventes, num ambiente sustentável, que se resume à diversidade. O protagonismo das mulheres camponesas junto à produção de alimentos e ao manejo de recursos naturais, a força dos movimentos destas mulheres na conquista de direitos e a decisiva participação das mulheres na definição e propostas de políticas públicas que garantam a equidade de gênero no meio rural são ações decisivas para garantir um desenvolvimento mais humano e sustentável (ANGELIN E SCHNORRENBERGER, 2017).

Comunidades locais, muitas delas com atividades de subsistência desenvolvidas por mulheres, resistem à lógica desenvolvimentista patriarcal e capitalista, pois não tratam a natureza como mero recurso, oposto aos humanos, a ser dominada. Mantêm-se na contramão do 'des-envolvimento' com suas formas de vida mais integradas à natureza, preservando, de fato, a biodiversidade. Como resultados positivos dos movimentos organizados por mulheres de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas conseguiram a implementação de ações práticas e da criação de políticas de proteção ao meio ambiente natural, representando movimentos muito importantes dentro da sociedade brasileira. A organização dessas mulheres tem sido dividida em grupos distintos por regiões e/ou por organizações sindicais, como o Movimento das Margaridas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, também o Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento das Mulheres Indígenas que ligados a várias vertentes sindicais e políticas, construíram e ainda constroem – identidades políticas e o seu reconhecimento público das camponesas. Todos esses movimentos articulados de mulheres do campo promovem mobilizações, lutas pontuais, processos de formação e divulgação do trabalho dessas mulheres.

Acreditando nisto, vários questionamentos me motivaram a investigar as relações entre os pressupostos do ecofeminismo com os indicadores de sustentabilidade ambiental em comunidades, considerando dimensões natural e socioeconômica do ambiente. A dimensão natural, porque é ela que nos circunda, nos abriga e nos oferece as bases materiais de sobrevivência: o ar que respiramos, a água que bebemos, o solo em que plantamos e colhemos, o chão em que pisamos. A dimensão social, porque uma comunidade não subsiste sem que nela se

desenvolvam condições mínimas de convivência entre os humanos e destes com a natureza. A dimensão econômica, porque nenhum indivíduo ou comunidade sobrevive sem que nela se criem condições mínimas de reprodução da vida material. São, pois, três pilares indispensáveis para que se possa pensar na sustentabilidade do meio ambiente, constituído por seres bióticos, abióticos e antrópicos.

Como respaldo para traçar as hipóteses que nortearam esta pesquisa, levou-se em consideração as conexões entre os aspectos teóricos e práticos que caracterizam o ecofeminismo, as lutas e preceitos gerais de comunidades rurais que motivaram a análise da relação entre o ecofeminismo e a sustentabilidade ambiental de dois tipos de comunidades, tendo como ponto de partida o pressuposto de que os princípios que norteiam as ações do movimento ecofeminista estão em estreita sintonia com a sustentabilidade do meio ambiente; e do pressuposto de que práticas em conformidade com a proteção do meio ambiente estejam presentes na base da organização e da dinâmica das comunidades, já que exemplares destas comunidades (ecovilas e comunidades indígenas) vêm sendo reconhecidos por suas relações ecológicas com os ambientes que as circundam, considerando a diversidade cultural, logo, as práticas das comunidades podem estar associadas aos princípios do ecofeminismo citados anteriormente.

Para o respaldo de tal avaliação foram abordadas as diversas contribuições do ecofeminismo no sentido de questionar e propor valores que condizem com a construção de relações respeitosas entre os seres humanos e destes para com o seu meio. O pressuposto ecofeminista de que haja uma intrínseca conexão desse movimento com a conservação do meio ambiente permite supor que, uma vez caracterizada a presença de aspectos que caracterizam o ecofeminismo nas comunidades, desenvolvam-se ali práticas ambientalmente sustentáveis. Tal avaliação pôde ser implementada mediante a identificação de indicadores que representaram valores defendidos pelo ecofeminismo, associados com indicadores que representaram a sustentabilidade ambiental das comunidades em questão.

Esta pesquisa para a tese de doutorado, concluiu que as debilidades e perigos de um conceito como o ecofeminismo ainda em formação na prática não devem ocultar seus ganhos e potencialidades no sentido de questionar os padrões culturais que estão contribuindo para a degradação ambiental e desarticulação comunitária das sociedades em geral. Com este estudo, empiricamente observado foi possível concluir que os princípios ecofeministas estão intrinsecamente conectados com diferentes práticas nas comunidades em questão, capazes de contribuir para a sustentabilidade ambiental das mesmas, se estão presentes ou até mesmo para baixar o nível de sustentabilidade quando não estão presentes. Trata-se, portanto, de uma reestruturação da dinâmica social, ou seja, uma forma diferenciada de como os seres humanos relacionam entre si e como interagem com o seu meio. A mudança que está na essência destas estruturas se refere à importância das ações locais para a recuperação e

defesa do meio ambiente, o cultivo de relações colaborativas no lugar de relações dominantes, reestruturando a noção de poder, uma vez que direciona o pensamento à igualdade política, econômica e social. Reclamando a forma particular de ser mulher na estrutura social e das reivindicações de igualdade com os lugares privilegiados dos homens na ordem estabelecida, o que não pode significar a inversão dos papéis e das formas de execução do poder.

Palavras-chave: Comunidades sustentáveis. Indicadores de sustentabilidade. Gênero/Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela e SCHNORREBERGER, Neusa. **Ecofeminismo e Mística Religiosa nos Movimentos de Mulheres Camponesas no Brasil.** Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. Anais do Congresso Latino Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: EST, v. 5, 2017. / p.612-626.

ARAÚJO. Wilson Alves; TEMOTEO. Joelma Abrantes Guedes; ANDRADE. Maristela Oliveira; TREVIZAN. Salvador Dal Pozzo. **Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão Local**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 5-18, out./dez. 2017.

BRUNDTLAND, GroHarlem. **Nosso Futuro Comum**, 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

BURNS, Tom R. **The Sustainability Revolution: A Societal Paradigm Shift?** Article in Sustainability · December 2012 DOI: 10.3390/su4061118 Sustainability 2012, 4, 1118-1134; doi:10.3390/su4061118 sustainability ISSN 2071-1050 www.mdpi.com/journal/sustainability Article The Sustainability Revolution: A Societal Paradigm Shift 1,2,*

CAPRA, Fritjof - **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**/ Fritjof Capra; [tradução Newton R. Eichemberg]. – São Paulo: Cultrix, 2000. 9ª edição.

D'EAUBONNE, F. **Le féminisme ou la mort**. Pierre Horay, Paris 1978.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 2004. Disponível em: file:///C:/Users/WINDOWS/Downloads/Federici,%20SIlvia%20Caliba%20e%20a%20bruxa_pdf%20(1).pdf

FLORIT, Luciano Félix. **Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social**. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 36, p. 255-271, abr. 2016.

FOLADORI, Guillermo. **Los Limites Del Desarrolho Sustentable**. Montevideo, Ediciones de La Banda Oriental, 1999.

KUHNEN,Tânia A. **A Crítica Ecofeminista Ao Paradigma Do Desenvolvimento: A Necessidade De Repensar A Relação Humana Com A Natureza.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. UNB, Brasília, 2002.

LOVERLOCK, James. Gaia: a new look at life on earth. Oxford: Oxford University Press, 1979.

_____. **A Vingança de Gaia/** James Lovelock; - São Paulo: Intrínseca, 2006.

MIES, Maria. SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo**, trad. Instituto delTercer Mundo de Montevideo (Uruguay), Madrid, Cuadernos Inacabados 18, ed. horas y HORAS, 1995

PULEO, Alicia H. **Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado Liberty, Equality, Sustainability**. For an Enlightened Ecofeminism Universidad de Valladolid. ISEGORÍA/ Revista de Filosofía Moral y Política N.º 38, enero-junio, 2008, 39-59 ISSN: 1130-2097.

_____. **Ecofeminismo para otro mundo posible** - Madrid: Cátedra. Colección Feminismos, 2011.

SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem-Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização/** organização de Pablo Solón; tradução de João Perez – São Paulo: Elefante, 2019.